

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Nota do Autor</i>	XVII
Parte I – Prolegômenos	1
Capítulo I – Controle Social	3
Capítulo II – O Poder-Dever de Punir	13
2.1. O poder-dever do Estado	13
2.2. Fundamentos do poder-dever de punir	16
2.3. Limites do poder de punir	20
2.3.1. Valores penalmente tutelados	21
2.3.2. Subsidiariedade, <i>ultima ratio</i> e fragmentariedade	25
2.3.3. A ancoragem constitucional	26
2.3.4. O princípio da proporcionalidade	29
2.3.5. Direito Penal do fato	33
2.3.6. O princípio da legalidade	35
2.3.7. Responsabilidade subjetiva	39
Capítulo III – Finalidade e Significado da Pena	41
3.1. As diversas perspectivas	41
3.2. O pensamento da doutrina	44
3.2.1. Idéias retribucionistas: Kant, Rossi e Bettiol	44
3.2.2. A velha e a nova defesa social	48
3.2.3. As idéias de prevenção geral	51
3.2.4. Idéias de reafirmação do Ordenamento	53
3.2.5. Posição axiológico-concreta	54
Capítulo IV – Ciência do Direito e Ciência Penal	59
4.1. Ciência do Direito Penal e sistema	59
4.2. Criminologia	63
4.3. A Política Criminal	70
Capítulo V – Fontes do Direito e Interpretação	75
5.1. Fontes e modelos	75

5.2. As normas penais	77
5.3. O processo de concreção de cada espécie de norma	78
5.4. O modelo jurídico consuetudinário	80
5.5. O modelo jurisprudencial.	82
5.6. A interpretação em matéria penal.	84
5.6.1. A interpretação literal	85
5.6.2. As interpretações lógica, restritiva e extensiva	86
5.6.3. A interpretação sistemática	88
5.6.4. A interpretação teleológica	89
5.6.5. Interpretação como concreção	90
5.7. A interpretação analógica.	91
5.8. A “arma de brinquedo” e analogia	93
5.9. Admissão da analogia	94
5.10. Analogia em causa justificante.	95
5.11. Analogia em causa de isenção de pena	95
 Capítulo VI – Lei Penal no Tempo	 97
6.1. Nascimento, vida e morte da lei.	97
6.2. Irretroatividade e não ultra-atividade.	98
6.3. Hipóteses de retroatividade e de ultra-atividade	99
6.4. Leis excepcionais e temporárias	101
6.5. Lei penal em branco.	101
6.6. Crime permanente, habitual e continuado	102
6.7. A medida de segurança.	102
6.8. O tempo do crime.	103
6.9. Medida Provisória	103
 Capítulo VII – Lei Penal no Espaço	 105
7.1. O âmbito do território	105
7.2. Os princípios orientadores.	106
7.3. O lugar do crime	107
7.4. Hipóteses de extraterritorialidade	108
7.5. Pena cumprida no estrangeiro	111
7.6. A sentença penal estrangeira	112
7.7. A extradição	112
7.8. O Tribunal Penal Internacional	115
 Parte II – Estrutura do Delito	 121
 Capítulo I – Ancoragem do sistema	 123
1.1. Estrutura do delito e segurança jurídica.	123
1.2. Teoria final da ação e divergências com Welzel.	126
1.3. As concepções normativas da ação	130

Capítulo II – O Tipo Penal	133
2.1. A formação do tipo.	133
2.2. A tipicidade e a relação com a antijuridicidade	135
2.3. Compreensão axiológica da ação e do tipo	138
2.4. Os elementos do tipo	140
2.4.1. Elementos subjetivos	140
2.4.2. Elementos normativos.	140
2.5. A adequação típica	144
2.6. Qual a estrutura do delito?	144
Capítulo III – Antijuridicidade: Causas de Exclusão	147
3.1. O ilícito pessoal	147
3.2. A adequação social.	150
3.3. Legítima defesa	152
3.3.1. Delimitação da questão.	152
3.3.2. A agressão: ação e omissão	153
3.3.3. A injustiça da agressão	153
3.3.4. A provocação da agressão.	155
3.3.5. Os direitos que podem ser defendidos	155
3.3.6. Atualidade e iminência	156
3.3.7. Proporcionalidade entre os bens	156
3.3.8. Necessidade dos meios	157
3.3.9. Moderação no uso dos meios	157
3.3.10. Elemento subjetivo	158
3.3.11. A natureza e os valores da figura permissiva	158
3.4. O estado de necessidade.	159
3.4.1. Conceito de perigo	159
3.4.2. Não-provocação do perigo	161
3.4.3. Inevitabilidade.	163
3.4.4. Exigência razoável de não sofrer o sacrifício	165
3.4.5. Estado de necessidade em favor de terceiro	166
3.4.6. O dever de arrostar o perigo	168
3.4.7. A minorante do art. 24, § 2º, do Código Penal	169
3.4.8. <i>De lege ferenda</i>	169
3.5. Estrito cumprimento de dever legal	170
3.6. Exercício regular de um direito	171
3.7. O consentimento do ofendido	172
Capítulo IV – Culpabilidade: Causas de Exclusão	177
4.1. Evolução do conceito de culpabilidade	177
4.1.1. As circunstâncias anormais.	178
4.1.2. Culpabilidade e o homem médio	179
4.1.3. Reprovação pelo poder de agir diversamente.	180

4.1.4. Vontade do ilícito e vontade ilícita	181
4.1.5. O pensamento de Anibal Bruno	182
4.1.6. A culpabilidade como limite da pena	183
4.1.7. A culpabilidade da pessoa	185
4.1.8. Validade ou negatividade da opção: carência de punição	186
4.2. Causas de exclusão da culpabilidade	189
4.2.1. Coação irresistível	189
4.2.2. A coação irresistível na doutrina brasileira	190
4.2.3. Fundamento da coação irresistível	193
4.2.4. Obediência hierárquica	195
4.2.5. Legítima defesa frente à ação do subordinado	198
4.2.6. Erro de proibição	198
4.2.7. Teoria do dolo	199
4.2.8. Teoria da culpabilidade	199
4.2.9. Teoria extrema da culpabilidade	200
4.2.10. Teoria limitada da culpabilidade	201
4.2.11. Erro de permissão	201
4.2.12. Posição do Código	202
4.2.13. Hipótese de erro de proibição	203
Capítulo V – Imputabilidade	205
5.1. Pressuposto da ação	205
5.2. Base biopsicológica	207
5.3. Semi-imputabilidade	209
5.4. Menoridade	210
5.5. Emoção e embriaguez	212
5.6. <i>Actio libera in causa</i>	214
Capítulo VI – Crime Comissivo e Omissivo Doloso	217
6.1. Dolo	217
6.1.1. Vontade e conhecimento	217
6.1.2. Objeto do dolo	219
6.1.2.1. Ação e omissão	219
6.1.3. Elementos normativos	222
6.1.4. Conteúdo valorativo da ação	223
6.1.5. Verificação do dolo	224
6.1.6. Formas do dolo: dolo eventual	224
6.1.7. Dolo de perigo	226
6.1.8. Condições objetivas de punibilidade	227
6.2. Erro de tipo	227
6.2.1. Erro não essencial	229
6.2.2. Discriminantes putativas	229
Capítulo VII – Comportamento Comissivo e Omissivo Culposos	231
7.1. A ação culposa	231

7.1.1. Coeficiente psíquico e resultado	236
7.1.2. Risco permitido e princípio da confiança	237
7.1.3. Imputação objetiva	238
7.2. Crime omissivo culposo	239
7.3. Estado de necessidade e culpabilidade	240
7.4. Culpa consciente	241
Capítulo VIII – Crime de Resultado Material e Nexo de Causalidade	243
8.1. Crime de ação e de evento	243
8.2. Nexo de causalidade	244
8.2.1. A causalidade adequada	246
8.2.2. Equivalência das condições	249
8.2.3. Análise das duas teorias	250
8.2.4. Causa superveniente e a condicionalidade adequada	252
8.3. Crime comissivo por omissão	255
8.3.1. Omissão	255
8.3.2. A omissão como causa	257
8.3.3. A omissão relevante	258
8.3.4. O dever de agir	259
8.3.5. O poder agir	262
8.4. Crime qualificado pelo resultado	263
Capítulo IX – Outras Formas de Crime	267
9.1. Crime formal	267
9.2. Crime instantâneo, permanente, instantâneo de efeito permanente e o momento consumativo	269
9.3. Crime complexo	272
9.4. Crime progressivo	274
9.5. Crime de perigo	275
9.6. Crime habitual	277
Capítulo X – Tentativa	279
10.1. Crime consumado e tentado: todo e parte	279
10.2. A figura típica da tentativa e o elemento subjetivo	281
10.3. Idoneidade e univocidade dos meios	284
10.4. Atos preparatórios e de execução	285
10.5. Reserva legal e limites de relevância	286
10.6. Fundamento	288
10.7. Tentativa e as formas de crime	289
10.8. Pena na tentativa	291
Capítulo XI – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz	293
11.1. Não-consumação pela própria vontade	293

11.2. Fundamento	294
11.3. Natureza jurídica	297
11.4. Voluntariedade	298
11.5. Arrependimento posterior	300
Capítulo XII – Crime Impossível	303
12.1. Não-tipificação da tentativa	303
12.2. Inidoneidade do meio e impropriedade do objeto	305
12.3. Teoria subjetiva	307
Capítulo XIII – Concurso de Pessoas	309
13.1. Autoria e participação	309
13.2. A posição do Código Penal com a Reforma de 1984.	314
13.3. Acordo de vontades	315
13.4. Norma extensiva	317
13.5. Ações neutras ou cotidianas.	318
13.6. Concurso em crime culposos.	319
13.7. Concurso de pessoas no crime omissivo	321
13.8. Comunicabilidade das circunstâncias	321
13.9. Participação em crime menos grave	322
13.10. Concurso necessário.	323
Parte III – Teoria das Sanções	325
Capítulo I – Pena Privativa de Liberdade.	327
1.1. O mundo prisional	327
1.2. Reclusão e detenção.	336
1.3. Os regimes de execução penal e o sistema progressivo.	337
1.3.1. O regime fechado	337
1.4. Trabalho do preso.	338
1.5. Exame criminológico inicial	341
1.6. Participação da comunidade	341
1.7. Direito do preso	343
1.8. O regime semi-aberto.	343
1.9. Regime aberto	345
1.10. Regime inicial de cumprimento de pena	353
1.11. O sistema progressivo	354
1.12. Regime especial.	358
1.13. Superveniência de doença mental	359
1.14. Detração	360
Capítulo II – Pena Restritiva de Direitos	363
2.1. As penas restritivas, antecedentes e legislação estrangeira	363

2.2. As penas restritivas no Brasil	371
2.3. A legislação em vigor	373
2.4. Análise da Lei nº 9.714/98 e os critérios para a substituição	374
2.5. As penas restritivas em espécie	378
2.5.1. A prestação de serviços à comunidade	378
2.6. A experiência da prestação de serviços	380
2.7. Pena de prestação pecuniária	382
2.8. Pena de perda de bens e valores	384
2.9. A pena de interdição temporária de direitos	386
2.10. A pena de limitação de fim de semana	388
2.11. Conversão da restritiva em privativa	389
Capítulo III – Pena de Multa	393
3.1. A pena de multa substitutiva	396
3.2. O sistema de dias-multa e a aplicação da pena	397
3.3. Abolição da conversão em pena privativa	398
Capítulo IV – Cominação das Penas	401
4.1. Penas restritivas de direitos	401
4.2. Pena de multa	404
Capítulo V – Aplicação da Pena	405
5.1. Fixação da pena	405
5.2. Critérios especiais da pena de multa	414
5.3. Circunstâncias agravantes	415
5.4. Reincidência	417
5.5. Agravantes do concurso de pessoas	422
5.6. Circunstâncias atenuantes	424
5.7. Concurso de circunstâncias	427
5.8. Causas de aumento e de diminuição	427
5.9. Cálculo da pena	429
Capítulo VI – Concurso de Crimes	431
6.1. Crime continuado	436
6.2. Erro na execução	441
6.3. Limite das penas	444
Capítulo VII – Suspensão Condicional da Pena	447
7.1. Notas históricas	447
7.2. Natureza jurídica	449
7.3. Espécies de suspensão condicional	452

7.4. Requisitos da suspensão condicional	453
7.5. Execução e conversão do <i>sursis</i>	456
Capítulo VIII – Livramento Condicional	459
8.1. O livramento condicional na legislação.	459
8.2. Requisitos do livramento condicional	462
8.3. Condições impostas na concessão do livramento condicional	466
8.4. Revogação do livramento condicional.	468
8.5. Extinção da pena	469
Capítulo IX – Efeitos da Condenação e Reabilitação.	473
9.1. Efeitos da condenação	473
9.2. Indenização pelo dano	473
9.3. Perda dos instrumentos do crime.	475
9.4. Reabilitação	478
9.5. Requisitos da reabilitação	479
9.6. Objeto e conseqüências da reabilitação	482
9.7. Renovação e revogação da reabilitação.	483
Capítulo X – Medidas de Segurança.	485
10.1. Breve histórico.	485
10.2. Defensismo social	489
10.3. Pontos em comum	492
10.4. Pontos específicos	493
10.5. Repercussão na teoria do delito	496
10.6. Princípios garantistas e a medida de segurança	497
10.7. Tempo de duração	500
10.8. Individualização da execução	501
10.9. Cessação da doença e desinternação condicional	502
10.10. As medidas de segurança e os direitos do internado	503
10.11. Prescrição e medida de segurança	504
Capítulo XI – Extinção da Punibilidade	507
11.1. Morte	508
11.2. Anistia – graça – indulto	509
11.3. Descriminalização	511
11.4. Decadência e perempção	512
11.5. Renúncia ao direito de queixa e perdão	513
11.6. Retratação.	514
11.7. Perdão judicial	514
11.8. Prescrição.	516
11.8.1. Natureza.	516

11.8.2. A <i>ratio</i> da prescrição	517
11.8.3. A prescrição em abstrato	519
11.8.4. Prescrição da pena em concreto	521
11.8.5. Prescrição retroativa	522
11.9. Causas impeditivas ou suspensivas	523
11.10. Causas interruptivas	524
11.11. Prescrição da pena de multa	525
11.12. Prescrição das penas restritivas	525
11.13. Âmbito da extinção da punibilidade	526
Bibliografia	527